

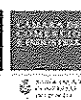


DADOS PESSOAIS	
NOME	Vasco Costa Brandão de Moura Ramos
NOME PROFISSIONAL	Vasco Moura Ramos
CONTACTO TELEFÓNICO	938467111
E-MAIL	vasco.moura.ramos@cuatrecasas.com
DADOS PROFISSIONAIS	
Atividade profissional atual	
Advogado Assistente convidado da Faculdade da Universidade de Coimbra	
Resenha do Percurso Profissional	
Advogado desde 2000, tendo trabalhado maioritariamente na área do direito público (com especial destaque na área do direito administrativo). Além disso, tenho leccionado diversas matérias de direito público na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Fiscal, Contratos Públicos) e participado enquanto orador em diversas pós-graduações e formações, Envio em anexo um breve CV.	
Experiência Arbitral	
Até hoje apenas participei em processos arbitrais enquanto advogado. Desempenho actualmente, pela primeira vez, a função de árbitro num processo em curso	
Áreas de exercício preferencial	
Direito Público (e, em especial, direito administrativo)	
Trabalhos Publicados (áreas)	
Direito Administrativo (várias publicações) Direito Constitucional Direito Fiscal	
Idiomas Profissionais	
Português.	
Associação/Ordem Profissional	
Ordem dos Advogados	
<input type="checkbox"/> Declaro para os efeitos previstos no disposto no art.º 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU)2016/679 do P. E. e do Conselho de 27 de abril (RGPD) prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais pelo Instituto de Arbitragem Comercial.	

Data __07 de Setembro de 2021_ Assinatura



ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL
DO PORTO



CURRICULUM VITAE

(Abreviado)

DADOS PESSOAIS

NOME: *Vasco Costa Brandão de Moura Ramos*

DATA DE NASCIMENTO: *15 de Fevereiro de 1975*

MORADA: *Rua Duarte Barbosa, n.º 368, 2.ª-A, 4150-282 Porto*

TELFONES: *93 8467111*

E-MAIL: *vasco.moura.ramos@gpcb.pt*

I. FORMAÇÃO

<i>2005/2006</i>	VI Curso de Doutoramento (Pré-Bolonha) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Parte escolar)
<i>2003</i>	Mestrado (pré-Bolonha) em Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Coimbra, concluído em 2003 com a classificação final de Bom com distinção (17 Valores). A dissertação, ainda inédita, tinha como tema «A compatibilidade do <i>new public management</i> com os princípios constitucionais»
	Pós-graduação em Ciências Jurídico-Económicas da Faculdade de Direito da Universidade Católica (Centro Regional do Porto), com a classificação final de 17 valores
<i>1993/1994 a 1997/1998</i>	Licenciatura em Direito (pré-Bolonha) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída em 1998, com a classificação final de 17 valores (no último ano do curso esteve, ao abrigo do Programa Erasmus,

em Bolonha)

Participação em inúmeros colóquios, debates, seminários e conferências sobre os mais diversos temas jurídicos, com especial incidência nas matérias relacionadas com o Direito Administrativo

II. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

A) Como Advogado

<i>desde Novembro de 2014</i>	Exercício de advocacia na sociedade «Cuatrecasas & Gonçalves Pereira»
<i>De Dezembro de 2008 e Agosto de 2013</i>	Exercício de advocacia na sociedade «Sérvulo e Associados»
<i>De Novembro de 2007 e Outubro de 2008</i>	Exercício de advocacia na sociedade «Gonçalves Pereira, Castelo Branco e Associados»
<i>De Janeiro de 2006 e Setembro de 2007</i>	Exercício de advocacia na sociedade «Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados»
<i>De 1999 a 2006</i>	Primeiro enquanto advogado estagiário e, desde o final do ano de 2000, como advogado associado, na sociedade «Osório de Castro, Verde Pinho, Vieira Peres, Lobo Xavier e Associados»
Tem exercido a maior parte da sua actividade profissional no âmbito do <i>Direito Administrativo</i> , tenho trabalhado já em diversas áreas deste, tais como <i>Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo, Concursos Públicos, Contratos de Concessão de Serviços e Obras Públicas, Expropriações</i>	
<i>Desde 1998</i>	Autor e co-autor de diversos pareceres jurídicos em matérias jurídico-constitucionais e administrativas
<i>2014 e 2015</i>	Representação do Estado Português no Tribunal

de Justiça da União Europeia (em dois processos judiciais, um em 2014 e outro em 2015)

B1) Como Docente de cursos conferentes de grau

Desde junho de 2004

Assistente-Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desde Junho de 2004 até à data, na qual tem leccionado, entre outras, as seguintes unidades curriculares: Direito Constitucional, Direito Administrativo (I, II e III), Contratos Públicos, Ciências da Administração; Ciência Política; Direito Fiscal; Direito Fiscal das Empresas

Fevereiro de 1999 a Junho de 2004

Assistente-estagiário da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra tendo leccionado, entre outras as seguintes unidades curriculares: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Internacional Público, Noções Fundamentais de Direito Público e Direito Privado

B2) Como Docente de Cursos não conferentes de grau

Participação como docente em diversas pós-graduações nas áreas do Direito Administrativo e do Direito Fiscal organizadas ou coorganizadas quer pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra quer pela Faculdade de Direito da Universidade Católica

<i>Organizadas e</i>	Pós-graduação em Contratação Pública (desde o ano de 2008 até hoje)
<i>coorganizadas pela FDUC</i>	Pós-graduação em Justiça Administrativa (desde 2007 até hoje)
<i>Organizadas pela</i>	Pós-graduação em “Direito e Prática Tributários” (ano de 2007)
<i>Universidade Católica</i>	Pós-graduação em Contratação Pública (ano de 2010) – Lisboa
<i>Portuguesa</i>	Pós-graduação em Contratação Pública (anos de 2011 – Porto Pós-graduação em Direito Administrativo (desde 2017 até hoje)

B3) Outras atividades docentes

<i>FDUC</i>	Membro de diversos Júris de Mestrado (nomeadamente como arguente)
<i>FDUC</i>	Orientação de teses de Mestrado
<i>Universidade</i>	
<i>Católica</i>	Membro de Júris de Mestrado (nomeadamente como arguente)
<i>Portuguesa</i>	

C) Outros

<i>Agosto de 2013 a</i>	Assessor do Ministro da Economia
<i>Outubro de 2014</i>	
<i>2004</i>	Assessor no Parlamento Europeu
<i>Ministério da Justiça</i>	Membro dos Júris das provas Oraís de Acesso aos Cursos Iniciais de Formação de Magistrados (Centro de Estudos Judiciários)
<i>Formador</i>	Participação em inúmeros colóquios e acções de formação, essencialmente nas áreas do direito administrativo e contratação pública, organizadas ou promovidas por, entre muitas outras, as seguintes entidades: Centro de Estudos Judiciários; Instituto Nacional da administração (INA); Ministério da Economia (Direcção Regional de Economia do Norte); Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA); Ordem dos Advogados (Conselhos Distritais de Coimbra e do Funchal); Instituto Nacional de Construção e Imobiliário (em conjunto com a AICOOPN e a Ordem dos Engenheiros); Universidade do Porto; Universidade de Coimbra; Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto) e Administração Regional de Saúde do Centro

Membro do Conselho Científico da Revista de Contratos Públicos

III. TRABALHOS PUBLICADOS

«O âmbito de aplicação da Directiva 77/187/CE de 14 de Fevereiro de 1977, - A manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas, estabelecimentos ou partes de estabelecimentos –, à luz da Jurisprudência do Tribunal das Comunidades», publicado na revista Temas de Integração

«O Direito Fundamental à iniciativa Económica Privada (art. 61.º, n.º 1, da C.R.P.) – termos da sua consagração no Direito Constitucional Português»; publicada no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. XXXVII, 2001

«A cláusula geral anti-abuso em Direito Fiscal», publicada no Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. XXXVII, 2001

«O concurso de concepção: alguns apontamentos», publicado na Revista de Contratos Públicos, n.º 3, Setembro-Dezembro 2011

A Directiva 2014/23, relativa à adjudicação de contratos de concessão», in Revista de Contratos Públicos, n.º 12, julho 2016, págs. 105-138

«O novo regime jurídico da divisão do contrato em lotes: algumas considerações», in Revista de Contratos Públicos, n.º 18, julho 2018, págs. 87-116

«Algumas considerações sobre a arbitragem de litígios respeitantes à validade de actos administrativos (à luz do regime resultante do CPTA), in Arbitragem e Direito Público, coordenação de Carla Amado Gomes, Domingos Soares Farinho e Ricardo Pedro, 2015, Lisboa, AAFDL Editora, págs. 239-288

«Consulta Prévia», in Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos / coordenação de Carla Amado Gomes. [et al.] . - 2ª ed. - Lisboa: AAFDL Editora, 2018. – págs. 533-549

«Que fundamentos específicos de impugnação e que recursos se devem admitir?», in Arbitragem administrativo em debate: problemas gerais e arbitragem em debate no Código dos Contratos Públicos, coordenação de Carla Amado Gomes e Ricardo Pedro, 2018, AAFDL Editora, pág. 195 e segs

«O regime excepcional e temporário dos contratos de execução duradoura (parcerias público-privadas)», in Direito Administrativo de necessidade e de excepção, coordenação de Carla Amado Gomes e Ricardo Pedro, Lisboa 2020, AAFDL Editora, págs 747-772

Porto, 31 de Julho de 2021

Vasco Moura Ramos

